

ENTIDADES SINDICAIS DE TRABALHADORES CONVENENTES

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE ESTRELA, CNPJ: 89.780.969/0001-36, autorizado pela assembléia geral da categoria, realizada em 26.03.2008, no município de Estrela (RS), representado, neste ato, por seu presidente, Sr. Arnaldo Woicichoski CPF nº 474.614.030-87, e por sua procuradora, advogada Juliana Da Rold Krob Di Lorenzo, OAB/RS 40.856 e CPF nº 911.027.230-53,

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE BENTO GONÇALVES, CNPJ: 87.557.641/0001-20, autorizado pela assembléia geral da categoria, realizada em 18.03.2008 e 20.03.2008, nos municípios de Guaporé e Bento Gonçalves (RS), representado, neste ato, por seu presidente em exercício, Sr. Deoclides dos Santos CPF nº 475.005.400-68, e por sua procuradora, advogada Juliana Da Rold Krob Di Lorenzo, OAB/RS 40.856 e CPF nº 911.027.230-53,

SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SANTIAGO, CNPJ: 06.208.278/0001-35, autorizado pela assembléia geral da categoria, realizada em 28.03.2008, no município de Santiago (RS), representado, neste ato, por seu presidente, Sr. Júlio Helton Medeiros da Silva CPF nº 205.285.820-20, e por sua procuradora, advogada Juliana Da Rold Krob Di Lorenzo, OAB/RS 40.856 e CPF nº 911.027.230-53,

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SANTO ÂNGELO, CNPJ: 96.216.924/0001-07, autorizado pela assembléia geral da categoria, realizada em 18.04.2008, no município de Santo Ângelo (RS), representado, neste ato, por seu presidente, Sr. Nelmo Alves de Lima CPF nº 330.885.510-00, e por sua procuradora, advogada Juliana Da Rold Krob Di Lorenzo, OAB/RS 40.856 e CPF nº 911.027.230-53,

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE TAQUARA, CNPJ: 87.373.403/0001-64, autorizado pela assembléia geral da categoria, realizada em 04.04.2008, no município de Taquara (RS), representado, neste ato, por seu presidente em exercício, Sr. Leonir Luiz Evangelista dos Santos, CPF nº 511.880.900-20, e por sua procuradora, advogada Juliana Da Rold Krob Di Lorenzo, OAB/RS 40.856 e CPF nº 911.027.230-53,

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE URUGUAIANA, CNPJ: 92.462.456/0001-91, autorizado pela assembléia geral da categoria, realizada em 07.04.2008, no município de Uruguaiana (RS), representado, neste ato, por seu presidente, Sr. Newton Garcia Silveira CPF nº 188.719.170-49, e por sua procuradora, advogada Juliana Da Rold Krob Di Lorenzo, OAB/RS 40.856 e CPF nº 911.027.230-53,

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO DE MONTENEGRO, CNPJ: 91.369.934/0001-50, autorizado pela assembléia geral da categoria, realizada em 09.04.2008, no município de Montenegro (RS), representado, neste ato, por seu presidente, Sr. Francisco Kuhn da Costa CPF nº 498.335.020-91, e por sua procuradora, advogada Juliana Da Rold Krob Di Lorenzo, OAB/RS 40.856 e CPF nº 911.027.230-53,

ENTIDADES SINDICAIS PATRONAIS CONVENENTES

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (com processo em tramitação perante o MTE para alterar sua denominação para Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul), CNPJ: 92.954.072/0001-96, autorizado pela assembléia geral da categoria, realizada em 30.06.2008, no município de Porto Alegre (RS), representado, neste ato, por seu presidente, Sr. Gilberto Porcello Petry, CPF nº 147.682.830-04 e por seu procurador, advogado Carlos Francisco Comerlato, OAB/RS 18.112 e CPF nº: 378.977.800-15.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS - SINDIMAQ, CNPJ: 62.646.617/0001-36, autorizado pela assembléia geral da categoria, realizada em 19.06.2008 no município de Porto Alegre (RS), representado, neste ato, por seu diretor, Sr. Mathias Elter CPF nº 403.808.740-91 e por seu procurador, advogado Carlos Francisco Comerlato, OAB/RS 18.112 e CPF nº: 378.977.800-15.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE COMPONENTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES - SINDIPEÇAS, CNPJ: 62.648.555/0001-00, autorizado pela assembléia geral da categoria, realizada em 31.07.2008, no município de São Paulo (SP), representado, neste ato, por seu Diretor Regional, Sr. Paulo Gilberto Fernandes Tigre, CPF nº 001.477.290-68, e por seu procurador, advogado Carlos Francisco Comerlato, OAB/RS 18.112 e CPF nº: 378.977.800-15.

Nos termos do disposto no art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 06, de 2007, da Secretaria de Relações do Trabalho, requerem o registro da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Para tanto, apresentam 8 (oito) vias originais do instrumento a ser registrado e arquivado.

Porto Alegre, RS, de agosto de 2008.

Arnaldo Woicichoski – Presidente
REPRESENTANTE DO STIMME DE ESTRELA

Rubrica

Deoclides dos Santos – Presidente em exercício REPRESENTANTE DO STIMME DE BENTO GONÇALVES	Rubrica
Júlio Helton Medeiros da Silva – Presidente REPRESENTANTE DO SITMSTGO DE SANTIAGO	Rubrica
Nelmo Alves de Lima – Presidente REPRESENTANTE DO STIMME DE SANTO ÂNGELO	Rubrica
Leonir Luiz Evangelista dos Santos – Presidente em exercício REPRESENTANTE DO STIMME DE TAQUARA	Rubrica
Newton Garcia Silveira – Presidente REPRESENTANTE DO STIMME DE URUGUAIANA	Rubrica
Francisco Kuhn da Costa – Presidente REPRESENTANTE DO STIMME DE MONTENEGRO	Rubrica
Juliana da Rold Krob Di Lorenzo PROCURADORA DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES	Rubrica
Gilberto Porcello Petry - Presidente REPRESENTANTE DO SINMETAL	Rubrica
Mathias Elter - Diretor REPRESENTANTE DO SINDIMAQ	Rubrica
Paulo Gilberto Fernandes Tigre – Diretor Regional REPRESENTANTE DO SINDIPEÇAS	Rubrica
Carlos Francisco Comerlato PROCURADOR DOS SINDICATOS PATRONAIS	Rubrica

SINDICATOS DE TRABALHADORES CONVENENTES

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE ESTRELA,
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE BENTO GONÇALVES,
SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SANTIAGO,
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SANTO ÂNGELO,
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE TAQUARA,
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE URUGUAIANA,
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO DE MONTENEGRO,

SINDICATOS PATRONAIS CONVENENTES

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (com processo em tramitação perante o MTE para alterar sua denominação para Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul),
SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS – SINDIMAQ
E
SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE COMPONENTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES - SINDIPEÇAS

estabelecem entre si a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, na forma dos artigos 611 e seguintes, da Consolidação das Leis do Trabalho, mediante as cláusulas que seguem:

CLAUSULAMENTO

01. ABRANGÊNCIA

Esta revisão abrange os trabalhadores da categoria profissional representada por e nas seguintes bases territoriais:

01. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE **ESTRELA**, com base territorial também nos municípios de Cruzeiro do Sul, Lajeado, Arroio do Meio e Encantado,;

02. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE **BENTO GONÇALVES**, somente com relação a sua base territorial nos municípios de Nova Bassano, Nova Araçá, Paraí, Dois Lajeados, Guaporé e São Valentin do Sul;

03. SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE **SANTIAGO**, com base territorial também nos municípios de Nova Esperança do Sul, Jaguari, São Vicente do Sul, Mata, Manoel Viana, São Francisco do Assis, Capão do Cipó e Unistalda;

04. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE **SANTO ÂNGELO**, com base territorial também nos municípios de São Luiz Gonzaga, Bossoroca, São Borja, Cerro Largo, Guarani das Missões, Chiapetta, Santo Antônio das Missões, São Nicolau, Caibaté, Roque Gonzales,;

05. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO **TAQUARA**, com base territorial também nos municípios de Igrejinha, Rolante, Três Coroas, Santo Antônio da Patrulha, Osório, Tramandaí,;

06. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE **URUGUAIANA**, com base territorial também no município de Itaqui; e

07. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO DE **MONTENEGRO**, com base territorial no município de Taquari.

02. REAJUSTE SALARIAL

Os empregados, admitidos até 30.04.2007, terão seus salários, resultantes do estabelecido na cláusula nº 02 da Convenção Coletiva de Trabalho protocolada junto à Delegacia Regional do Ministério do Trabalho do Estado do Rio Grande do Sul sob o número 46218.011072/2007-12 majorados:

a) em 1º de maio de 2008, em 8% (oito por cento), limitado, o valor deste reajuste, a um aumento máximo de R\$1,05 (um real e cinco centavos) nos salários fixados por hora e de R\$231,00 (duzentos e trinta e um reais) nos salários fixados por mês; e

b) em 1º de agosto de 2008, em 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento), limitado, o valor deste reajuste, a um aumento máximo de R\$1,12 (um real e doze centavos) nos salários fixados por hora e de R\$246,40 (duzentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos) nos salários fixados por mês, com automática compensação da majoração estipulada na alínea anterior.

02.1. Os empregados admitidos a partir de 01.05.2007 terão seus respectivos salários admissionais majorados na mesma proporção do salário de exercente do mesmo cargo ou função, de modo a que reste sempre preservada a hierarquia salarial; em se tratando de empregado sem paradigma ou de empresa constituída e em funcionamento após a data-base anterior, o salário admissional será reajustado à razão de 1/12 (um doze avos) da majoração salarial estabelecida no "caput" desta cláusula, multiplicado pelo número de meses ou fração superior a 15 (quinze) dias transcorridos desde a admissão, observada a proporção ao reajuste máximo previsto no "caput".

02.2. Em hipótese alguma, decorrente do antes clausulado, poderá o salário de empregado mais novo na empresa, independentemente de cargo ou função, ultrapassar o de mais antigo.

02.3. Serão compensadas todas as majorações salariais concedidas a contar de 01.05.2007, inclusive, salvo as não compensáveis, definidas como tal pela antiga Instrução nº 04/1993 do Tribunal Superior do Trabalho.

02.4. Os salários, resultantes do ora clausulado, se mensais, serão arredondados, se for o caso, para a unidade de centavo de real imediatamente superior e, se por hora, serão calculados até a unidade de centavo, desprezando-se a terceira casa após a vírgula.

02.5. Fica perfeitamente esclarecido que a majoração salarial ora estabelecida o foi de forma transacional, restando com isso quitada a inflação registrada até 30.04.2008.

03. SALÁRIO NORMATIVO

Em 01.05.2008, fica estabelecido, para vigorar a partir do primeiro dia do mês imediatamente seguinte ao que o empregado completar 30 (trinta) dias na empresa, um "salário normativo" no valor no valor de R\$2,43 (dois reais e quarenta e três centavos) por hora, a contar da admissão, e no valor de R\$2,49 (dois reais e quarenta e nove centavos) por hora, a contar do primeiro dia do mês seguinte àquele em que o empregado completar 60 (sessenta) dias no emprego.

03.1. Esse salário não será considerado, em nenhuma hipótese, "salário profissional", ou substitutivo do salário mínimo legal, nem mesmo para fins de incidência de adicional de insalubridade.

03.2. Esse salário será reajustado sempre que houver correção coercitiva e geral de salários, na mesma proporção, não o sendo, porém, em 01.08.2008, já que fixado contemplando o reajuste estabelecido para aquela data, ou quando houver majoração do salário mínimo nacional.

03.3. Em 1º.05.2008, ao aprendiz, contratado nos termos do Decreto nº 5.598, de 1º.12.2005, é assegurado um salário normativo no valor de R\$ 1,92 (um real e noventa e dois centavos) por hora.

04. POSSIBILIDADE DE ANTECIPAÇÃO DE MELHORIAS SALARIAIS - DIFERENÇAS

É facultado às empresas anteciparem, no todo ou em parte, a concessão da melhoria salarial prevista no item "b" da Cláusula nº 02, acima.

04.1. As diferenças salariais decorrentes da aplicação das cláusulas 02 e 03, supra, relativas aos meses de maio, junho, julho e agosto de 2008, poderão ser pagas em setembro de 2008, sem qualquer ônus para as empresas.

05. REAJUSTES POSTERIORES À DATA BASE - SALÁRIO REVISIONAL

Além das hipóteses em que expressamente estão consignadas possibilidades de compensação, toda majoração salarial concedida na vigência desse acordo será objeto de compensação em futuros reajustamentos, espontâneos ou coercitivos. Não serão compensados os aumentos decorrentes do término de aprendizagem, implemento de idade, promoção por antiguidade ou merecimento, transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

05.1 – O salário que servirá de base para os reajustamentos coercitivos futuros será o que seria devido em 1º.08.2008, ou seja, o de 1º.05.2007 com a correção de 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) previsto no item "b" da Cláusula nº 02, ou o resultante da aplicação do item 02.1, conforme o caso.

06. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

É mantido o adicional por tempo de serviço em 3,00% (três por cento), a incidir sobre o salário contratual do empregado beneficiado, por quinquênio de trabalho prestado pelo trabalhador ao mesmo empregado.

06.1 - Para os empregados que completarem o tempo de serviço necessário à percepção do adicional por tempo de serviço a partir de 1º.05.2002, o percentual referido no item anterior incidirá sobre a parcela equivalente a até 5 (cinco) vezes o valor do maior salário normativo previsto na Cláusula 03, supra, do salário contratual do emprego.

07. SALÁRIO NOS CASOS DE SUBSTITUIÇÃO

A situação salarial dos empregados substituídos e a dos empregados que vierem a ser admitidos em substituição a demitidos sem justa causa reger-se-á, respectivamente, pelas disposições contidas no Enunciado nº 159 do Tribunal Superior do Trabalho e da Instrução nº 1/82 do mesmo Tribunal.

08. SALÁRIOS: FORMA DE PAGAMENTO E RECIBOS

As empresas que não efetuarem o pagamento de salários em moeda corrente ou através de depósito em conta corrente bancária, deverão proporcionar aos integrantes da categoria profissional, nos dias de pagamento, tempo hábil para o recebimento em banco.

08.1. O pagamento de salários ou de verbas rescisórias, quando feito nas sextas-feiras, às vésperas de feriados, somente poderá ser feito em moeda corrente.

08.2. As empresas fornecerão a seus empregados cópias dos recibos por este firmados ou quando o pagamento for efetuado mediante depósito bancário em conta corrente, demonstrativos contendo a identificação da empresa, a discriminação das importâncias pagas, dos descontos efetuados, bem como o registro do valor mensal devido à conta vinculada do FGTS.

08.3. A redução da hora noturna e o respectivo adicional salarial, poderão ser pagos sob um único título.

09. REGIME DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

Considerando que o regime de compensação de horário para trabalho em cinco e não em seis dias por semana é do maior interesse das partes, gerando menores despesas e maior disponibilidade de tempo para os trabalhadores, bem como o interesse de afastar as discussões sobre o contido no vestuário art. 60, da CLT, estabelecem, com inteiro conhecimento de causa, para vigorar mesmo em situações consideradas insalubres, para as empresas que já o mantenham ou venham a adotar, o regime de supressão, parcial ou total, do trabalho em um dia da semana, com o conseqüente trabalho excedente a 8 (oito) horas nos demais dias da semana, sob a forma de compensação, observando-se o limite diário de 10 (dez) horas, tudo na forma do contido nos arts. 59, § 1º, e 413, inc. I, da CLT.

09.1. Com a finalidade de equacionarem quaisquer dúvidas, estabelecem as partes que o disposto no art. 60, da CLT, tem aplicabilidade apenas e quando as horas trabalhadas ultrapassarem o limite semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.

09.2. A realização de horas extraordinárias, mesmo que de modo habitual ou aos sábados, não caracteriza ou invalida o regime de compensação ora previsto.

09.3. A faculdade outorgada às empresas restringe-se ao direito de estabelecer ou não o regime de compensação de horário; estabelecido, não poderão suprimi-lo sem a concordância do empregado, salvo se decorrer de imposição legal.

09.4. A revogação do contido nesta cláusula somente poderá ocorrer mediante expressa disposição em futuras revisões de dissídio coletivo, sentenças normativas ou convenções coletivas.

09.5. Na vigência do regime de compensação de horário pela supressão do trabalho aos sábados, os feriados que ocorrerem de segunda a sexta-feira serão remunerados como mais um repouso (07:20 horas = 7,33 horas) e, em compensação, os que ocorrerem aos sábados serão remunerados como horas extras, com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

09.5.1. Quando ocorrer feriado em sábado, as empresas poderão, ao invés de remunerarem as horas de feriado como extras, suprimir 07:20 horas (= 7,33 horas) da carga horária semanal, mediante redução da jornada em um ou mais dias, ou mediante ajuste de compensação anual.

10. REGIME ESPECIAL DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO

As empresas poderão adotar o regime de compensação previsto no artigo 59, § 2º, da CLT, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 28.8.2001, mediante proposta aprovada por 55% (cinquenta e cinco por cento) dos trabalhadores abrangidos.

10.1. A adoção do regime de compensação ora aludido poderá ser para a empresa toda, ou para determinada unidade ou setor;

10.2. O citado regime só passará a vigorar no mínimo após 5 (cinco) dias úteis de sua aprovação;

10.3. A introdução deste sistema de compensação deverá ser comunicado ao Sindicato dos Trabalhadores, o qual poderá requisitar cópia das listas de assinaturas de sua aprovação pelos trabalhadores abrangidos;

10.4. Dentro de um mesmo ano poderá ser estabelecido mais de um regime de compensação espe-

cial com duração inferior a tal prazo;

10.5. Implantado o regime de compensação de que trata esta cláusula, apenas poderá ser alterado se aprovado por 55% (cinquenta e cinco por cento) dos trabalhadores abrangidos.

11. COMPENSAÇÃO PARA GOZO DE FOLGAS

Mediante acordo entre empregadora e, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) dos respectivos empregados, poderá ser suprimido total ou parcialmente o trabalho, com recuperação das horas de trabalho, nos estabelecimentos ou em setores determinados dos mesmos, em determinado dia ou dias, inclusive com troca de feriados, bem como por ocasiões especiais como nos dias 24 e 31 de dezembro, na segunda e na terça-feira de carnaval, etc.

11.1. Para que haja a supressão do trabalho sem a recuperação das horas de trabalho e, conseqüentemente, sem o pagamento de salários, o acordo deverá ocorrer entre a empregadora e, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos respectivos empregados.

11.2. Estabelecida a compensação, ficarão os discordantes minoritários obrigados a cumpri-la, sob pena de aplicação, pela empresa, de sanções disciplinares.

11.3. Sempre que o Sindicato dos Trabalhadores solicitar, deverá ser-lhe enviada a lista dos empregados acordantes, para conferência.

12. TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS

O trabalho em feriados e domingos, quando não compensado por outro repouso em dia útil das semanas imediatamente anterior ou posterior, será pago com o adicional de 100% (cem por cento), ou seja, em dobro. Em decorrência deste ajuste, a remuneração do feriado ou domingo, para aqueles que a ela fizerem jus, será sempre simples, tenha ou não ocorrido trabalho nesse dia.

13. INTERRUPTÕES NO HORÁRIO DE TRABALHO

As interrupções do trabalho, dentro do horário normal de serviço, que tenham origem em causas provocadas pela empresa, não poderão ser descontadas dos salários dos trabalhadores.

14. INTERVALO INTRAJORNADA

Na forma prevista no parágrafo 3º, do art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho e como facultado pelo contido na Portaria MTE nº 42, de 28.03.2007 (DOU 30.03.2007), poderá haver redução do intervalo mínimo de uma hora para até meia hora, desde que:

a - a empresa interessada atenda às exigências concernentes à organização de refeitório e demais normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalhador;

b - a carga horária normal e contratual de trabalho não ultrapasse a oito horas por dia;

14.1. A redução do intervalo deverá ser estabelecida em "Acordo Coletivo de Trabalho", complementar a esta Convenção de Trabalho, firmado obrigatoriamente, entre o Sindicato dos trabalhadores e a empresa interessada, com assistência do respectivo Sindicato Patronal, o qual deverá conter, além do previsto no artigo 613, da Consolidação das Leis do Trabalho:

a - a especificação do (s) estabelecimento (s) em que será implantada, bem como, se for o caso, para determinada Seção, Setor, Linha de Produção ou Serviço;

b - a necessidade e conveniência da redução;

c - a especificação dos horários de trabalho e dos intervalos para refeições;

d - as garantias oferecidas pela empregadora em relação às condições de repouso e da alimentação;

e - o tempo de duração do intervalo;

f- os casos de cessação da redução e os procedimentos à readequação dos horários e suas conseqüências;

g – a expressa proibição da possibilidade de indenização ou supressão do intervalo.

14.2. O Sindicato dos Trabalhadores, quando solicitado pela empresa interessada ou pelos empregados da mesma, não poderá se negar a intermediar a implantação da redução de intervalo intrajornada, sendo que, para estabelecer e firmar o Acordo Coletivo de Trabalho, deverá realizar assembleia geral, devendo obter aprovação de no mínimo 55% dos envolvidos.

14.3. Para a negociação visando a celebração do Acordo Coletivo de Trabalho, o Sindicato dos Trabalhadores não poderá pleitear a inclusão de disposições ou vantagens não inerentes à redução do intervalo.

14.4. O termo do “Acordo Coletivo de Trabalho” fará referência ao número de protocolo desta Convenção Coletiva no órgão do Ministério do Trabalho e Emprego.

14.5. No caso de determinação, administrativa ou judicial, de cessação, por qualquer motivo, do intervalo reduzido, não acarretará, no período em foi observado, nenhum pagamento ou indenização aos empregados.

14.6. Na implantação da redução do intervalo intrajornada, a empresa deverá levar em conta situações especiais de gestantes, estudantes e demais trabalhadores com outros compromissos.

15. REGISTRO DE PONTO

Visando a comodidade dos trabalhadores, as empresas poderão permitir a marcação do ponto até 10 (dez) minutos antes do horário previsto para início dos trabalhos e até 10 (dez) minutos após o horário previsto para seu término, sem que essas marcações antecipada e posterior do ponto possam servir de base para alegação de serviço extraordinário.

15.1. As empresas poderão, a seu critério, para os fins previstos no art. 74 da CLT, utilizar o sistema eletrônico de registro de ponto, em substituição ao sistema mecânico (cartão e relógio ponto), sendo que a categoria profissional acordante reconhece expressamente a validade de tal sistema.

15.1.a. Eventuais falhas do sistema utilizado não poderão resultar em prejuízo ao empregado, cuja presença ao trabalho será, então, atestada por seu superior hierárquico.

15.1.b. Não será cobrado qualquer valor do empregado, quando houver necessidade de substituição de seu cartão, decorrente de desgaste normal pelo uso ou danificação decorrente de atividade laboral por ele executada.

16. LICENÇAS REMUNERADAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário:

a - por até 2 (dois) dias consecutivos, no caso de falecimento de sogro ou sogra, genro ou nora;

b - pelo tempo necessário para prestar depoimento judicial na condição de testemunha.

16.1. Fica ampliado para 2 (dois) dias, 1 (um) em cada semestre, a faculdade assegurada ao empregado e prevista no inc. IV do art. 473, da CLT.

17. LICENÇA NÃO REMUNERADA

Será considerada licença não remunerada a ausência do empregado ao serviço, por 1 (um) dia, na vigência deste acordo, para internação hospitalar da esposa ou companheira e de filho menor de até 12 (doze) anos.

18. GRATIFICAÇÃO NATALINA - FÉRIAS

Fica assegurado:

a - o direito de os empregados, receberem 50% (cinquenta por cento) da gratificação natalina (13º salário) por ocasião da concessão do gozo de férias, desde que requeiram o pagamento dessa parcela até 10 (dez) dias contados do recebimento do aviso de concessão de férias;

b - no caso de férias coletivas, aplica-se o estatuído acima, exceto que o pagamento do adiantamento da primeira parcela do 13º salário será efetuado no retorno das férias, podendo, ainda, esse pagamento ser negociado entre as partes;

c - que o valor correspondente à primeira parcela da gratificação natalina não poderá sofrer qualquer tipo de correção para fins de compensação quando do pagamento da segunda e/ou última parcela; e

d - o direito ao recebimento da segunda parcela da gratificação natalina juntamente com o pagamento das férias que forem gozadas entre os dias primeiro e vinte de dezembro.

19. FÉRIAS - INÍCIO

Fica assegurado:

a - que o período de gozo de férias não poderá ter início em sextas-feiras, exceto por solicitação do trabalhador, ou em véspera de feriados ou "feriadões", de Natal e de Ano Novo.

b - a possibilidade de, mediante solicitação por escrito do empregado, o gozo de férias ser concedido por antecipação aos que não tiverem período aquisitivo completo e sem que este se modifique, considerando-se como quitados os dias gozados.

20. AVISO PRÉVIO - REDUÇÃO DE HORÁRIO

Quando o empregado estiver cumprindo o aviso prévio concedido pela empresa, as duas horas a que tem direito para procurar outro emprego serão concedidas, conforme sua opção, no início do expediente diário, um dia completo ou em duas manhãs durante a semana. Nestas duas últimas hipóteses a empresa concederá as horas que restarem ou o empregado trabalhará as horas que excederem nos demais dias.

21. AVISO PRÉVIO - DISPENSA DO CUMPRIMENTO

O empregado pré-avisado da rescisão contratual poderá, no momento ou no curso do período, caso já tenha novo emprego, solicitar o seu imediato desligamento, ocorrendo, então, o encerramento do contrato, sem o cumprimento e o pagamento do período restante.

22. PAGAMENTO DAS PARCELAS RESCISÓRIAS

Como modo de equacionar dúvidas e unificar procedimentos, fica definido que, quando da rescisão ou extinção de contratos de trabalho, devem ser observados os seguintes prazos, para pagamento das "parcelas rescisórias", cabendo à empresa informar ao empregado, por escrito, o dia e horário em que será efetuado esse pagamento:

a - Aviso prévio concedido pela empresa:

a.1. - Com dispensa do cumprimento: pagamento em 10 (dez) dias, contados da data da comunicação ao empregado;

a.2. - Indenizado: pagamento em 10 (dez) dias, contados da data da comunicação ao empregado;

a.3. - Trabalhado: pagamento no dia seguinte ao término do contrato (31º dia, contado da data da comunicação ao empregado).

b - Aviso prévio concedido pelo empregado:

b.1. - Trabalhado: pagamento no dia seguinte ao término do contrato (31º dia, contado da data da comunicação à empresa).

b.2. - Com pedido de dispensa:

b.2.1. - Não atendido: pagamento no dia seguinte ao término do contrato (31º dia, contado da data da

comunicação à empresa);

b.2.2. - Atendido: pagamento em 10 (dez) dias, contados da data do pedido do empregado.

c - Demissão Com justa causa (não há aviso prévio): pagamento em 10 (dez) dias, contados da data da demissão.

d - Contratos por prazo determinado, inclusive de experiência:

d.1. - Término do prazo pactuado: pagamento no dia seguinte ao término do contrato.

d.2. - Rescisão antecipada: pagamento em 10 (dez) dias, contados da data da comunicação ao empregado ou à empresa, não podendo ocorrer em data posterior àquela em que seria efetuado o pagamento, se não houvesse a rescisão antecipada do contrato.

23. HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

As empresas realizarão as homologações de rescisões de contratos de trabalho, quando exigidas por lei, preferentemente junto ao Sindicato dos Trabalhadores.

23.1. Não comparecendo o empregado, para receber as parcelas rescisórias, na data e hora marcados, o Sindicato dos Trabalhadores atestará, por escrito, a presença da empresa e a ausência do empregado.

23.2. Na hipótese de recusar-se a homologar alguma rescisão contratual, o Sindicato dos Trabalhadores deverá justificar à empresa, por escrito, os motivos de sua recusa.

24. COMUNICAÇÃO DOS MOTIVOS DA RESCISÃO POR JUSTA CAUSA

Sempre que lhes for solicitado por escrito, pelo empregado demitido sob acusação de falta grave, as empresas notificá-lo-ão, também por escrito e contra recibo, dos motivos da demissão. A falta de notificação, nesses casos, gerará a presunção de despedida sem justa causa.

25. ANOTAÇÕES NA CTPS

Ao procederem anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados, as empresas deverão:

a - Consignar corretamente as funções exercidas.

b - Abster-se de proceder anotações relativas a dias de ausência por doença e os correspondentes atestados médicos, as sanções disciplinares aplicadas ou qualquer referência de que a anotação foi determinada pelo Judiciário.

26. GARANTIA DE EMPREGO AO ALISTANDO

Os empregados menores gozarão de garantia no emprego, desde seu alistamento para prestação do serviço militar obrigatório, até sua incorporação ou dispensa do serviço militar.

26.1. No caso de rescisão contratual, por iniciativa da empresa, em relação a empregados que estejam protegidos pelo antes disposto, o período de garantia deverá ser indenizado e pago juntamente com as demais parcelas rescisórias, facultado às partes, ainda, a qualquer tempo, transacionarem a respeito do período de garantia.

27. GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO AO APOSETANDO

Ao empregado que comprovar antecipadamente, perante a empresa estar, a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria por idade ou ordinária mínima por tempo de serviço e que conte com um mínimo de 8 (oito) anos, sendo os 3 (três) últimos ininterruptos na atual empresa, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que faltar para aposentar-se. A garantia de emprego ou salário cessa automaticamente findo os 12 (doze) meses.

27.1. Nas mesmas condições, ao empregado que contar com um mínimo de 16 (dezesesseis) anos, sendo os 6 (seis) últimos ininterruptos, na atual empresa, a garantia fica elevada para 24 (vinte e quatro) meses.

27.2. Esta garantia será concedida, em qualquer caso, por uma única vez.

27.3. Em relação a esta garantia poderá haver acordo no sentido de que o empregado deixe de prestar serviços, sem prejuízo da remuneração média, apurada nos últimos 6 (seis) meses, a qual continuará a ser paga, como se trabalhando estivesse, até o final da garantia. Nestes casos, os pagamentos deverão ser efetuados nas mesmas datas que o forem para os demais empregados.

27.4. Para fazer jus a esta garantia, o empregado, ao implementar a condição de tempo de serviço, deverá comprovar perante a empregadora, mediante declaração por escrito, encontrar-se a 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, conforme o caso, da aquisição do direito à aposentadoria.

28. ABONO AO APOSENTADO

Ao empregado que conte com 10 (dez) anos ininterruptos ou mais na atual empregadora, será devido, quando de seu desligamento em razão de aposentadoria, um abono em valor equivalente ao seu último salário nominal.

28.1. O abono de que trata o "caput" desta cláusula apenas será devido nos casos em que o desligamento do empregado efetivamente decorrer de aposentadoria, ou seja, ocorrer em data próxima àquela em que a empregadora receber comunicação do INSS informando a concessão de aposentadoria ao empregado.

29. AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do empregado, a empregadora pagará a sua esposa e, na falta desta, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social, mediante a apresentação do comprovante fornecido por este órgão, a título de "auxílio funeral", importância equivalente a uma vez o menor salário normativo vigente à época do pagamento.

29.1. Em caso de morte decorrente de acidente do trabalho, exceto os de trajeto, mas incluídos os que ocorram em objeto de serviço à empregadora, o auxílio funeral será pago em valor dobrado.

29.2. Ficam excluídas desta obrigação as empresas que mantenham ou venham a manter seguro de vida para seus empregados, cuja parcela subsidiada do prêmio assegure indenização em valor igual ou superior ao estabelecido no "caput".

29.3. As entidades sindicais de trabalhadores convenientes concordam em incluir a indicação de que, na falta de designação do beneficiário pela Previdência Social, o auxílio será pago ao(s) dependente(s) constante(s) na ficha de registro do empregado.

30. AUSÊNCIAS TEMPORÁRIAS DO ESTUDANTE

As empresas abonarão os períodos de ausência do empregado estudante para efetivação da matrícula ou prestação de exames, em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido, em curso regular, quando tal ocorra em horário conflitante com o de trabalho.

30.1. Esta vantagem é extensiva à realização de 2 (dois) exames vestibulares.

30.2. Para usufruir desta vantagem, o empregado deverá comunicar, caso a caso, à empregadora, com uma antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, bem como comprovar a sua ocorrência nas 72 (setenta e duas) horas seguintes.

30.3. A estes empregados não poderão as empresas, durante o ano letivo, modificar o horário de trabalho ou exigir a prestação de horas extraordinárias, de modo que prejudique a freqüência as aulas.

31. AJUDA DE CUSTO AO ESTUDANTE

Aos empregados admitidos até 01.03.2008, que percebam salários de até 4 (quatro) vezes o valor do maior salário normativo previsto na cláusula 03, supra, e que estejam matriculados e freqüentando estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido, em curso regular, as empresas concederão uma ajuda de custo anual, não integrável ao salário, no valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do menor salário normativo vigente por ocasião de cada pagamento, em 2 (duas) parcelas iguais a 40% (quarenta por cento) cada uma, sendo a primeira até 31 de agosto e a segunda até 30 de novembro do corrente ano, mediante exibição de comprovantes de matrícula, freqüência e aproveitamento.

31.1. Os empregados admitidos após 01.03.2008 e até 01.08.2008, e que preencham as demais condições e requisitos estabelecidos no “caput” desta Cláusula, farão jus a segunda parcela desta vantagem, com pagamento previsto para ocorrer em 30 de novembro do corrente ano.

32. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO

As empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados os equipamentos de proteção e segurança obrigatórios nos termos da legislação específica sobre higiene e segurança do trabalho. Também fornecerão gratuitamente uniforme e seus acessórios, quando exigirem seu uso obrigatório em serviço.

32.1. O empregado se obriga ao uso e manutenção adequados dos equipamentos e uniformes que receber e a indenizar a empresa por extravio ou dano. Poderá ser impedido de trabalhar, com perda do respectivo salário e da freqüência, quando não se apresentar ao serviço com os respectivos uniformes e/ou equipamentos. Extinto ou rescindido seu contrato de trabalho, deverá o empregado devolver os equipamentos e uniformes de seu uso e que continuam de propriedade da empresa.

33. CIPA

Todo o processo eleitoral das CIPAs e respectiva apuração serão coordenados pelo Vice-Presidente da CIPA em exercício, em conjunto com o Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho da empresa.

33.1. As empresas fornecerão gratuitamente, aos membros da CIPA, na ocasião em que tomarem posse, um manual da atividade e legislação relativa à Higiene e Segurança do Trabalho, atualizando-o sempre que necessário.

34. ATESTADO MÉDICO

Nas empresas que mantenham serviços médicos e odontológicos próprios ou contratados, somente terão validade, para justificar faltas ao serviço por doenças do empregado os atestados desses médicos e dentistas e os fornecidos por médicos e dentistas do Sindicato dos Trabalhadores ou por ele contratados e credenciados, por aqueles visados.

34.1. As empresas que não dispuserem de serviços médicos e dentários validarão os atestados do INSS e do Sindicato dos Trabalhadores.

35. CONTRATOS DE EXPERIÊNCIA

Não será admitida a contratação experimental dos empregados readmitidos para o exercício da mesma função por uma mesma empresa, inclusive as do mesmo grupo econômico e com a mesma atividade, salvo se tiver transcorrido um tempo mínimo de 18 (dezoito) meses entre um contrato e outro.

35.1. Igualmente não será admitida a contratação por experiência de pessoal que, como trabalhadores temporários, tenham imediatamente antes prestado serviços, na mesma função, à mesma empresa.

36. TRABALHO EM REGIME DE TEMPO PARCIAL

Para fins do estabelecido no art. 58-A da CLT, conforme redação dada pela Medida Provisória nº

2.164-41, de 24.08.2001, fica ajustado que a opção do empregado que, admitido para trabalhar carga horária normal, desejar passar a laborar em regime de trabalho de tempo parcial, deverá ser homologada pela respectiva entidade sindical de trabalhadores.

37. TESTES PRÁTICOS

A realização de testes práticos para admissão não poderá exceder a 1 (uma) jornada normal.

37.1. A empresa que fornecer alimentação a seus empregados, deverá fornecer e gratuitamente alimentação à pessoa em teste o mesmo tipo de refeição.

38. DESCONTOS AUTORIZADOS

As empresas somente poderão efetuar desconto nos salários de seus empregados quando expressamente autorizados e quando se referirem a empréstimos bancários na forma da Lei nº 10.820, de 17.12.2003, associações, fundações, cooperativas, clubes, seguros, previdência privada, transporte, refeições, compras no próprio estabelecimento, inclusive de ferramentas e utensílios de trabalho não devolvidos, e convênios com médicos, dentistas, clínicas, óticas, funerárias, farmácias, hospitais, casas de saúde, laboratórios, lojas e supermercados, bem como pelo fornecimento de ranchos e compras intermediadas pelo SESI, e mensalidades devidas ao Sindicato dos Trabalhadores.

38.1. Ficam ressalvados os descontos decorrentes do contido nas cláusulas nº 32 e 39 e os efetuados em decorrência de prejuízos causados por dolo ou culpa.

38.2. O somatório dos descontos realizados com base no previsto no "caput" desta cláusula não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do salário-base do empregado no mês.

39. DESCONTO ASSISTENCIAL

Observado o antigo Precedente nº 74, do Tribunal Superior do Trabalho, e por expressa exigência negocial dos Sindicatos de Trabalhadores, sob a inteira responsabilidade destes:

a - As empresas localizadas nos municípios situados na base territorial dos Sindicatos dos Trabalhadores de **Estrela** e **Taquara**, abrangidos pela presente Convenção, descontarão de todos os empregados que sejam integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato dos Trabalhadores, beneficiados ou não pela presente Convenção, a importância equivalente a 1 (um) dia de salário, já reajustado, no mês de agosto do corrente ano, mais 1 (um) dia de salário, já reajustado, no mês de novembro do corrente ano e mais 1 (um) dia de salário, já reajustado, no mês de janeiro de 2009, limitado o valor de cada um desses descontos a R\$94,20 (noventa e quatro reais e vinte centavos), devendo as importâncias descontadas serem recolhidas aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores respectivo até o quinto dia útil do mês subsequente ao desconto.

b - As empresas localizadas nos municípios situados na base territorial do Sindicato dos Trabalhadores de **Bento Gonçalves**, abrangidos pela presente Convenção, descontarão de todos os empregados que sejam integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato dos Trabalhadores, beneficiados ou não pela presente Convenção, a importância equivalente a 1 (um) dia de salário, já reajustado, no mês de agosto, ou mais tardar no mês de setembro do corrente ano, e mais 1 (um) dia de salário, já reajustado, no mês de dezembro do corrente ano, limitado o valor de cada um desses descontos a R\$94,20 (noventa e quatro reais e vinte centavos), devendo as importâncias descontadas serem recolhidas aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores respectivo até o quinto dia útil do mês subsequente ao desconto.

c - As empresas localizadas nos municípios situados na base territorial do Sindicato dos Trabalhadores de **Santiago**, abrangidos pela presente Convenção, descontarão de todos os empregados que sejam integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato dos Trabalhadores, beneficiados ou não pelo presente acordo, a importância equivalente a 1 (um) dia de salário, já reajustado, no mês de agosto, ou mais tardar no mês de setembro do corrente ano, 1 (um) dia de salário, já reajustado, no mês de novembro do corrente ano e 1 (um) dia de salário, já reajustado, no mês de janeiro

de 2009, limitado o valor de cada um desses descontos a R\$94,20 (noventa e quatro reais e vinte centavos), devendo as importâncias descontadas serem recolhidas aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores respectivo até o quinto dia útil do mês subsequente ao desconto.

d - As empresas localizadas nos municípios situados na base territorial do Sindicato dos Trabalhadores de **Santo Ângelo**, abrangidos pela presente Convenção, descontarão de todos os empregados que sejam integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato dos Trabalhadores, beneficiados ou não pelo presente acordo, a importância equivalente a 1 (um) dia de salário, já reajustado, no mês de agosto, ou mais tardar no mês de setembro do corrente ano, e mais 1 (um) dia do salário, já reajustado, no mês de dezembro do corrente ano, limitado o valor de cada um desses descontos a R\$94,20 (noventa e quatro reais e vinte centavos), devendo as importâncias descontadas serem recolhidas aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores respectivo até o quinto dia útil do mês subsequente ao desconto.

e - As empresas localizadas nos municípios situados na base territorial do Sindicato dos Trabalhadores de **Uruguaiana**, abrangidos pela presente Convenção, descontarão de todos os empregados que sejam integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato dos Trabalhadores, beneficiados ou não pelo presente acordo, a importância equivalente a 1 (um) dia de salário, já reajustado, no mês de agosto, ou mais tardar no mês de setembro do corrente ano, e mais 1 (um) dia de salário, já reajustado, no mês de novembro do corrente ano, limitado o valor de cada um desses descontos a R\$94,20 (noventa e quatro reais e vinte centavos), devendo as importâncias descontadas serem recolhidas aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores respectivo até o quinto dia útil do mês subsequente ao desconto.

f - As empresas localizadas no município situado na base territorial do Sindicato dos Trabalhadores de **Montenegro**, abrangido pela presente Convenção, descontarão de todos os empregados que sejam integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato dos Trabalhadores, beneficiados ou não pelo presente acordo, a importância equivalente a 1 (um) dia de salário, já reajustado, no mês de outubro do corrente ano, mais 1 (um) dia de salário, já reajustado, no mês de dezembro do corrente ano e mais 1 (um) dia de salário, já reajustado, no mês de fevereiro de 2009, limitado o valor de cada um desses descontos a R\$94,20 (noventa e quatro reais e vinte centavos), devendo as importâncias descontadas serem recolhidas aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores respectivo até o quinto dia útil do mês subsequente ao desconto.

40. CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL

Todas as empresas integrantes das categorias econômicas abrangidas por esta convenção, associadas ou não, recolherão, em favor do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul, contribuição em percentual correspondente a 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento) da folha de pagamento de salários, já reajustada, do mês de junho de 2008, a ser paga em 3 (três) parcelas de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) cada uma, vencendo a primeira em 20.07.2008, a segunda em 20.09.2008 e a terceira em 30.10.2008.

40.01. As empresas sem empregados recolherão o valor fixo de R\$30,00 (trinta reais), em 3 (três) parcelas de R\$10,00 (dez reais) cada uma, com vencimento nas mesmas datas especificadas no "caput".

40.02. Fica dispensada do recolhimento da terceira parcela a empresa que recolher as duas primeiras até as respectivas datas de vencimento.

41. ATRASO NOS RECOLHIMENTOS

O não recolhimento nos prazos fixados nas cláusulas anteriores implicará na incidência dos mesmos encargos pertinentes ao recolhimento em atraso do FGTS.

42. DIVERGÊNCIAS

Eventuais divergências oriundas da aplicação ou alcance do disposto nesta convenção serão dirimi-

das pela Justiça do Trabalho.

43. PROCESSO DE PRORROGAÇÃO E REVISÃO

As disposições da presente convenção, findo o prazo de sua vigência, poderão ser prorrogadas por mais um ano, ou revistas total ou parcialmente, sendo indispensável, em qualquer hipótese, termo aditivo firmado pelos convenientes ou nova convenção coletiva de trabalho.

44. DIREITOS E DEVERES

As partes convenientes, bem como os empregados beneficiados, deverão zelar pela boa aplicação e observância do disposto nesta convenção.

45. PENALIDADES

No caso de descumprimento do acima pactuado, por qualquer das partes, inclusive pelos empregados beneficiados, haverá a incidência da multa que houver sido especificada nas cláusulas supra.

46. DECLARAÇÕES

Os Sindicatos convenientes declaram haver observado todas as prescrições legais e as contidas em seus respectivos estatutos, pertinentes à celebração de Convenção Coletiva de Trabalho.

47. DEPÓSITO PARA FINS DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO

Compromete-se o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio Grande do Sul — SINMETAL a promover o depósito de uma via da presente Convenção Coletiva de Trabalho, para fins de registro e arquivo, na Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul, consoante dispõe o art. 614, da Consolidação das Leis do Trabalho.

48. VIGÊNCIA

Esta Convenção coletiva de Trabalho vigorará de 01.05.2008 a 30.04.2009.

Por estarem justas e acertadas, e para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam as partes a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, em 8 (oito) vias.

E. Deferimento.

Porto Alegre, de agosto de 2008.

Arnaldo Woicichoski – Presidente - CPF/MF nº 474.614.030-87
REPRESENTANTE DO STIMME DE ESTRELA

Rubrica

Deoclides dos Santos – Presidente em exercício- CPF/MF nº 475.005.400-68
REPRESENTANTE DO STIMME DE BENTO GONÇALVES

Rubrica

Júlio Helton Medeiros da Silva – Presidente – CPF/MF nº 205.285.820-20
REPRESENTANTE DO SITMSTGO DE SANTIAGO

Rubrica

Nelmo Alves de Lima – Presidente – CPF/MF nº 330.885.510-00
REPRESENTANTE DO STIMME DE SANTO ÂNGELO

Rubrica

Leonir Luiz Evangelista dos Santos – Presidente em exercício – CPF/MF nº 511.880.900-20
REPRESENTANTE DO STIMME DE TAQUARA

Rubrica

Newton Garcia Silveira – Presidente- CPF/MF nº 188.719.170-49
REPRESENTANTE DO STIMME DE URUGUAIANA

Rubrica

Francisco Kuhn da Costa – Presidente- CPF/MF nº 498.335.020-91
REPRESENTANTE DO STIMME DE MONTENEGRO

Rubrica

Juliana da Rold Krob Di Lorenzo - OAB/RS 40.856 – CPF/MF nº 911.027.230-53
PROCURADORA DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES

Rubrica

Gilberto Porcello Petry - Presidente – CPF/MF nº 147.682.830-04
REPRESENTANTE DO SINMETAL

Rubrica

Mathias Elter - Diretor – CPF/MF nº 403.808.740-91
REPRESENTANTE DO SINDIMAQ

Rubrica

Paulo Gilberto Fernandes Tigre – Diretor Regional – CPF/MF nº 001.477.290-68
REPRESENTANTE DO SINDIPEÇAS

Rubrica

Carlos Francisco Comerlato - OAB/RS 18.112 e CPF nº: 378.977.800-15
PROCURADOR DOS SINDICATOS PATRONAIS

Rubrica